

Congresso impõe derrota a Marina Silva e aval de Lula



A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), participa de comissão na Câmara Gabriela Billo/Folhapress

Congresso impõe derrotas a Marina Silva, e aval de Lula empodera centrão

Reorganização da Esplanada avança e tira poder de Ambiente; à noite, ministra sofreu outros dois reverses no plenário da Câmara

BRASÍLIA O Congresso Nacional impôs, em um mesmo dia, uma série de derrotas à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede) — a principal delas, após a articulação política do governo ceder à pressão do centrão com aval do presidente Lula (PT).

O desfeite da ministra e da pauta ambiental, que já vinha sendo alvo de embates dentro do governo devido à disputa entre Ithama e Petrobras devido ao plano de exploração de petróleo na foz do Amazonas, foi agravado diante do avanço nesta quarta (24) de medida provisória de reorganização da Esplanada dos Ministérios. A MP foi aprovada por uma comissão mista de deputados e senadores e prevê mudanças na estrutura do governo que fortalecem o centrão e eretam poder de Marina.

À noite, Marina sofreu ainda outras derrotas no plenário da Câmara. Deputados votaram uma MP editada no final do governo Jair Bolsonaro (PL) e retomaram trechos que afofuxam as regras de proteção da mata atlântica — itens que tinham sido retirados pelo Senado. O texto segue para sanção de Lula.

A Câmara ainda aprovou um pedido de urgência (para acelerar a tramitação) para um projeto do Marco Temporal, que limita a demarcação de terras indígenas aos territórios ocupados até a promulgação da Constituição de 1988. O requerimento foi aprovado por 324 votos a 131.

Em relação à MP da Esplanada, o texto, de autoria do líder do MDB na Câmara, Isinaldo Bulhões Jr. (AL), desidratou a política ambiental do governo. Competências de órgãos que atualmente estão com o Meio Ambiente e os Povos Indígenas serão transferidas para outras pastas. O texto foi aprovado por 15 votos a 3.

A orientação do governo era para que parlamentares da base votassem a favor do texto — o Executivo tem pressa, já que a medida provisória perde validade no dia 9º de junho. A medida provisória ainda precisa ser votada nos plenários. A MP original foi editada por

Entenda em seis pontos a MP da Esplanada dos Ministérios

O que é a medida provisória? A MP da Esplanada dos Ministérios foi assinada por Lula durante a posse, a fim de reorganizar o primeiro escalão e suas funções — o petista aumentou de 23 no governo Jair Bolsonaro (PL) para 37 as pastas, e distribuiu algumas funções para os novos titulares.

Quando o ato perde validade? A medida provisória tem duração de 60 dias, com prorrogação para mais 60. Lula assinou a reorganização da Esplanada em 1º de janeiro, dia de sua inauguração no governo, mas ela só passou a tramitar em fevereiro, quando se encerrou o recesso parlamentar. Com isso, ela deve ser votada até 1º de junho, ou perderá seus efeitos.

Como anda a tramitação da MP? A comissão mista para análise da medida aprovou o relatório nesta quarta-feira (24). O texto deve agora ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, para se tornar permanente.

Por que a medida é importante para o Planalto? A MP basicamente define a organização do governo federal, o que também interfere nas competências de cada ministério, e, portanto, o que uma pasta pode executar em termos de política pública.

Quais as polêmicas em torno da reorganização? O relator da medida provisória e líder do MDB na Câmara, o deputado federal Isinaldo Bulhões Jr. (AL), desidratou a política ambiental do governo — competências de órgãos que atualmente estão com o Meio Ambiente e os Povos Indígenas serão transferidas para outras pastas. Ele também empoderou os ministérios com partidos do centrão, que terão mais funções em sua alçada. Marina Silva (Rede), titular de Meio Ambiente, é quem mais perde atribuições, enquanto trava disputa interna sobre a exploração da foz do rio Amazonas pela Petrobras.

Quais são as principais mudanças? Marina perderá alguns sistemas de informações em saneamento básico, resíduos sólidos e recursos hídricos para o Ministério das Cidades. Também deixará de comandar a ANA (Agência Nacional de Águas), movida para o Desenvolvimento Regional, e o CAR (Cadastro Ambiental Rural), transferido para o Ministério da Gestão

Lula logo no início do governo com a nova organização da Esplanada, que ampliou o número de ministérios de 23 para os atuais 37.

Mas o texto aprovado pelos deputados na comissão enfraqueceu Marina e gerou uma reação da própria ministra.

A gestão da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), atualmente com o Meio Ambiente, foi transferida para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A pasta é comandada por Waldez Góes — apesar de ser do PDT, ele foi uma indicação de parlamentares da União Brasil.

O relatório de Isinaldo ainda passou o CAR (Cadastro Ambiental Rural), instrumento para controlar terras privadas e conflitos em áreas de preservação, para o ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos. O órgão gerencia a fiscalização de crimes ambientais em propriedades rurais, como grilagem.

Parlamentares ligados à pauta ruralista defendiam a transferência do CAR para o Ministério da Agricultura — retomando a estrutura do governo Jair Bolsonaro (PL).

Durante as negociações sobre a MP, o governo Lula agiu para tentar evitar derrotas em áreas prioritárias e acabou dando aval para a desidratação do ministério de Marina.

Articulação política do governo cedeu à pressão do centrão, principalmente dos ruralistas, para blindar a Casa Civil, responsável pela execução dos projetos mais importantes para o presidente, como o PPI (Programa de Parceria de Investimentos).

A ideia de retirar poderes do ministro Rui Costa (Casa Civil) foi debatida por líderes do Congresso em meio a insatisfações com a articulação política do governo. Rui adotou perfil mais técnico, em vez de participar de negociações.

Interlocutores de Lula atuaram para evitar que o relator propusesse a recriação da Funasa, extinta no início do governo. O centrão pressionou para a reativação do órgão.

Continua na pág. A6

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 6